

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.609 - SP (2019/0303816-3)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : RAFAEL CREATO**  
**ADVOGADO : RAFAEL CREATO - SP276345**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ADRIANO PAULO DA COSTA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ADRIANO PAULO DA COSTA no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, pela prática das condutas descritas no art. 333, *caput*, da Código Penal e no art. 16, *caput*, da Lei n. n. 10.826/2003, à pena de 6 anos e 4 meses de reclusão.

A defesa requereu ao Juízo das Execuções a progressão de regime prisional, que negou o pleito por entender não cumprido o requisito subjetivo.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 145):

"Habeas corpus" impetrado contra decisão que indeferiu pedido de progressão ao regime semiaberto. Decisão que desafia recurso de agravo, do qual o "habeas corpus" não é sucedâneo. Não configuração de um quadro de manifesta ilegalidade. Ademais, a progressão de regime postula também um requisito de natureza subjetiva, cuja aferição não cabe no âmbito de cognição do "habeas corpus".

Ordem não conhecida.

No presente *writ*, a defesa sustenta que o paciente cumpriu "mais de 1/3 da pena, ou seja, tempo superior ao exigido (requisito objetivo) para a concessão da progressão de regime. Destarte, no lapso temporal em que está preso, o paciente apresentou bom comportamento carcerário, conforme faz prova o Boletim Informativo em anexo, espelhando o compromisso que possui com o processo de ressocialização e readaptação para a vida em liberdade" (e-STJ fl. 4).

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a

# Superior Tribunal de Justiça

progressão de regime prisional.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator